

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DO PARLAMENTO

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”

MARILIA GABRIELA BUONAVITA

**O DEBATE POLÍTICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 1936 E
1937: DEMOCRACIA VERSUS INTEGRALISMO**

São Paulo

2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DO PARLAMENTO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”

MARILIA GABRIELA BUONAVITA

**O DEBATE POLÍTICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 1936 E
1937: DEMOCRACIA VERSUS INTEGRALISMO**

Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Legislativo e Democracia no Brasil”

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Abdal Cunha

São Paulo

2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DO PARLAMENTO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”

MARILIA GABRIELA BUONAVITA

**O DEBATE POLÍTICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO EM 1936 E
1937: DEMOCRACIA VERSUS INTEGRALISMO**

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final:

São Paulo, dede 2015.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alexandre Abdal Cunha

DEDICATÓRIA

Ao meu querido e amado
pai, Fábio Buonavita.

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar parte significativa da história da República, durante o instável governo de Getúlio Vargas no período que antecede o golpe do Estado Novo. Objetiva-se compreender, a partir dos discursos da vereança paulista, como esta sofrera influência dos alinhamentos ideológicos vigentes no mundo e como isto reflete nas ações do legislativo municipal do período com os discursos pró-integralista e anticomunista.

Constituem questões centrais da análise a instabilidade e a fragilidade política interna e externa durante o período, assim como a obstinação em debater alinhamentos políticos externos, dos quais a Itália e a Alemanha eram recorrentes. Uma das questões que será analisada consiste na hipótese levantada, de que os discursos da vereança paulista, mesmo nos aspectos locais, expressavam as divergências ideológicas entre integralistas e comunistas.

Esta pesquisa sustenta-se, fundamentalmente, na análise de dois tipos de fontes: a ampla bibliografia correspondente ao período e a fonte primária, os *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, que consistem em importantes informações sobre a atividade legislativa e político-administrativa da cidade, além de servirem como fonte para o entendimento de variados aspectos do cotidiano e da vida local.

Palavras-chave: Vereança paulista, Câmara paulista, Política paulista, Democracia e Integralismo

ABSTRACT

This work proposes to analyze significant part of the Republic history, during the unstable government of Getulio Vargas, specifically the years before the Estado Novo coup. It aims to understand, from the São Paulo's councilors speeches, how this suffered influence of the prevailing ideological alignments in the world and how this reflected in the actions of the municipal legislature with pro-integralist and anti-communist speeches.

The analysis key issue consists in the instability and internal and external political fragility of the period, as well as the determination to discuss external political alignments, of which Italy and Germany were examples recurrent. One of the issues that will be discussed is the raised hypothesis that the Sao Paulo councilors speeches, even in the local aspects, expressed the ideological differences between integralists and communists.

This research is sustained, fundamentally, on the two types of sources analysis: the wide bibliography corresponding to the period and the primary source, the Annals of the Sao Paulo City council, which consist of important information about the city political and administrative activity, besides serving as a source for understanding sundry daily aspects of local life.

Keywords: Sao Paulo's councilors, Sao Paulo City Council, Sao Paulo policy, Democracy and Integralism.

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE
PUBLICAÇÃO.**

Eu, Marília Gabriela Buonavita, declaro ser o autor desta Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada no interior da mesma. Declaro também que citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente aspas (“ “) ou parafrazeando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro por fim, que este trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro que o presente trabalho está de acordo com a Lei 5988 de 14/12/1973, Lei de proteção intelectual, e que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder. Em ambos os casos responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer irregularidades.

São Paulo, 03 de agosto de 2015.

Marília Gabriela Buonavita

SUMÁRIO

1.	A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR AS CÂMARAS MUNICIPAIS.....	9
1.1.	As Câmaras Municipais.....	9
1.2.	Estudos Legislativos.....	12
1.3.	Anais.....	15
1.4.	Apresentação e objetivos da pesquisa.....	17
2.	OS ANOS 30 E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	18
2.1.	Os caminhos para a Revolução de 1930, a Revolução de 1932 e a Constituição de 1934.....	18
2.2.	Comunismo, democracia e integralismo.....	22
2.3.	Partido Republicano Paulista e Partido Constitucionalista.....	28
2.4.	Os integralistas eleitos.....	30
3.	AS ELEIÇÕES DE 1936 E O INÍCIO DA LEGISLATURA.....	31
3.1.	Início da legislatura de 1936 e dados sobre os eleitos.....	31
3.2.	Comunismo e integralismo em pauta.....	34
4.	A CÂMARA MUNICIPAL EM 1937 E A CRISE DA DEMOCRACIA.....	42
4.1	A Câmara Municipal de São Paulo posta em silêncio novamente.....	43
5.	CONCLUSÕES.....	46
6.	FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1. A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR AS CÂMARAS MUNICIPAIS

O que permeia a problemática da pesquisa aqui proposta é a trajetória política dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, eleitos após diversos entraves no ano de 1936, permanecendo no poder até novembro de 1937, com o advento do Estado Novo.

Neste capítulo será feita uma breve análise sobre a importância de se estudar as Câmaras Municipais, os estudos legislativos, a fonte primária utilizada - os Anais, e o levantamento de algumas hipóteses e objetivos da pesquisa dos quais serão discutidos e apresentados nos capítulos seguintes.

1.1. As Câmaras Municipais

O estudo da história das Câmaras Municipais é uma forma de resgatar e compreender de maneira consistente a história política, social, ideológica, cultural e o processo de formação de nossa política anterior e atual. A história política do município de São Paulo influenciou diretamente o cenário Federal com a criação de uma Constituição que determinou a reabertura das câmaras e a volta das eleições para o Legislativo, consignando importância e poder ao município.

Analisando os Anais da Câmara de São Paulo, nos deparamos com um número ímpar de informações e arquivos mostram como se desenvolveu a política no município de São Paulo, suas principais discussões e demandas, as relações entre atores políticos distintos e antagonistas e a contraposição de ideologias e práticas no legislativo do município.

Estudar a década de 1930 na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) é fazer uma visita a um período rico e complexo, onde a cidade de São Paulo exercia uma importância extrema para o cenário político, econômico e cultural nacional. Os

acontecimentos da década colocariam a câmara paulistana no centro das principais discussões ocorridas durante o período, influenciando de modo determinante a política nacional.

Ao analisar a câmara paulistana no período supracitado, entendemos ser possível aplicar nos dias atuais a *metodologia dos estudos legislativos* para compreender o processo político do período abarcando a maior parte possível das variáveis que influenciaram tanto a tomada de decisões, como também o processo de governabilidade e equilíbrio entre executivo e legislativo.

Ao resgatar a década 1930 sob a ótica dos estudos legislativos modernos podemos traçar uma linha histórica próxima da realidade do período em estudo, e compreender a política paulista. A retomada das câmaras legislativas é uma maneira de construir uma visão do período e dos fatores que levaram ao estabelecimento das políticas e tomadas de decisão no legislativo paulista.

A importância dos estudos realizados em câmaras como a do município de São Paulo revela a real dimensão das discussões municipais e a influência posterior na esfera estadual e federal, ao mesmo tempo em que possibilita conhecer os aspectos e as demandas sociais do período.

Vale destacar que a década de 1930 foi um período onde as discussões ocorridas na CMSP levantavam questões e acalorados debates sobre o cenário político paulistano, nacional e internacional. Mesmo durante o período de fechamento da câmara municipal paulista, a efervescência da cidade gerou movimentos importantes como o que ocasionou a revolução constitucionalista de 1932, fator este que culminou na reabertura das câmaras municipais e a criação de uma nova constituição em 1934, em resposta direta à Insurgência Paulista.

Os estudos legislativos possibilitam ainda conhecer os erros e os entraves que prejudicavam o funcionamento e a governabilidade da câmara, bem como o estudo das personalidades marcantes da época, ao se contraporem com suas ideias e discursos pela participação popular no período como os grandes comícios de 1932 e o posicionamento político e partidário.

A Câmara Municipal paulistana foi um dos principais epicentros da política, graças ao desenvolvimento econômico e industrial destacado da cidade, o que conferia ao legislativo de São Paulo um espírito de vanguarda e discussão constante. Temas como o embate entre os socialistas e os integralistas marcaram diretamente o período.

O debate entre as políticas internacionais fascistas e comunistas, a perda de poder e a tensão do período – que sucedeu a quebra da bolsa de 1929 – instalou um clima político e econômico tenso e instável, que afetou diretamente os cafeicultores e a industrialização ainda nova na cidade e Estado de São Paulo. A crise de 1929 acabou redefinindo a esfera política nacional, representando uma perda de poderes e autonomia na governança paulista, principalmente no período pós-revolução de 1930, que conferiu a Getúlio Vargas o poder do governo provisório. Neste período, interventores militares foram designados por Getúlio Vargas o que gerou não apenas a paralização das atividades da câmara paulista, mas também a delegação das tomadas de decisão do município a atores que não buscavam nem o apoio popular, tampouco o atendimento das demandas Paulistas.

O Golpe de 1930 – que depôs abruptamente o presidente eleito e candidato paulista, Júlio Prestes, e pôs "interinamente" Getúlio Vargas no poder Federal – oprimiu e mexeu com os brios dos políticos e líderes paulistanos que se sentiram vítimas de um golpe seguido do outro, a perda na marra do cargo e do poder Federal, e ao mesmo tempo do controle da política municipal e estadual. Esse processo levou diretamente à Revolução Constituinte de 1932, na qual São Paulo exigia a deposição do regime "interino", a realização

de eleições e a criação de uma nova constituição. Mesmo com a derrota em campo de batalha e com a forte repressão à insurgência paulista, ela saiu parcialmente vitoriosa, já que permitiu a reabertura das câmaras municipais, a autonomia por um período do controle do processo político no Estado e a criação da Constituição de 1934 – principal demanda dos revolucionários paulistas.

A reabertura da câmara municipal na década de 1930 foi breve, contudo, durante as suas atividades produziu discursos e debates intensos, bem como a geração de leis e políticas que marcaram os principais embates ideológicos do período.

O campo dos *Estudos Legislativos* é uma subárea da ciência política que nasceu em solo norte-americano durante o período pós Segunda Guerra Mundial. Os Estudos Legislativos visavam compreender o processo de governança e os fatores que afetavam direta ou indiretamente o legislativo, as relações entre os demais poderes, atores políticos, o funcionamento legislativo e a autonomia democrática. (LIMONGI, 2010)

1.2. Estudos Legislativos

Os estudos legislativos buscam compreender o processo de tomadas de decisões de forma precisa, considerando fatores subjetivos, estatísticos, sociais, culturais, políticos, históricos, burocráticos e tudo aquilo que possa ser determinante à adequada compreensão do funcionamento legislativo de maneira ampla.

Não bastasse isso, os estudos legislativos fazem uma análise complexa dos inúmeros fatores responsáveis pelo adequado processo legislativo e o impacto gerado na vida do estado e cidadãos. Na cultura americana atual, o estudo legislativo está enraizado com o funcionamento do processo político. A produção de análises sobre o funcionamento das diversas esferas de poder passou a ser uma tradição nos EUA que viu nos Estudos

Legislativos uma ferramenta importante para a evolução do processo político e para a compreensão real das dimensões que afetam a criação das leis e o debate político.

O sucesso em compreender o processo político norte-americano e as melhorias no legislativo, em razão do grande número de estudos, despertou não apenas o interesse das demais nações, como também contribuiu para a criação de uma área dedicada aos Estudos legislativos, inclusive no Brasil.

Neste aspecto pontua Fernando Limongi:

A constituição e existência da área no Brasil é sem dúvida alguma, uma importação. Os estudos legislativos são uma subárea consolidada no interior do estudo da política norte-americana. A sua constituição no Brasil se dá pela referência e assimilação explícita dessa literatura, de tal sorte que a referência a essa fonte original é, em certa medida, o que a define a área. (LIMONGI, 2010, p. 6)

Importante destacar que a efetividade dos estudos legislativos pode ser mais bem observada se a execução ocorrer propriamente dentro de uma democracia sólida, onde os legisladores possam deliberar livremente acerca das questões que envolvam o processo político, sem desequilibrar as outras esferas que compõe o poder.

Essa necessidade democrática gerou um atraso significativo na chegada dos estudos legislativos a solo brasileiro. Os períodos marcados por privação da liberdade política e democrática fizeram com que o estudo legislativo chegasse ao Brasil no final da década de 1980 graças ao processo de redemocratização que reinaugura o legislativo independente e democrático.

Boa parte dos trabalhos iniciais, no estudo legislativo nacional tinha como objetivo compreender o processo de redemocratização, a organização das forças e atores

políticos, bem como o acompanhamento da estruturação desta nova democracia. Os estudos legislativos são um campo relativamente novo no Brasil e inovador quanto à sua aplicação a períodos anteriores de nossa política, apresentando uma evolução frente ao modelo norte americano.

Neste sentido, trazemos novamente os ensinamentos de Limongi:

Entende-se assim por que a definição da área no Brasil é mais ampla do que a sua contraparte e fonte inspiradora, não se limitando a estudos que se refiram exclusivamente ao Poder Legislativo. Os estudos legislativos no Brasil marcam a ruptura com a encarnação da teoria da modernização e seu pessimismo. Assinalam o abandono do estudo sobre a consolidação da democracia e a passagem ao estudo comparado do funcionamento efetivo da democracia no Brasil. A novidade da área, o que a distinguiu da produção anterior e lhe valeu um nome próprio, foi menos a sua fonte inspiradora, os estudos sobre o Congresso norte-americano, e mais a sua novidade em relação ao debate nacional. (LIMONGI, 2010, p. 8)

O artigo propõe a utilização dos estudos legislativos para compreender o período político da década de 1930 na vereança paulista, analisando a complexidade e a extensão de fatores que fizeram do período um dos mais ricos e notáveis da história política e social municipal, estadual e nacional.

Ao trazer à luz métodos dos estudos legislativos atuais, podemos ter uma análise global do período e entender quais os principais debates gerados na CMSP durante o período de 1930 e os fatores que levaram a tomada de decisões; a importância dos principais atores políticos do período proposto; a correlação de forças e demandas que mediavam o equilíbrio e a governabilidade no Município.

Para tanto, analisa-se os discursos e debates registrados nos anais da vereança paulista, o estudo dos fatores históricos nacionais e internacionais que influenciaram a visão ideológica e as demandas sociais. Pode-se extrair também, a configuração da estrutura dos partidos políticos e o poder efetivo que possuíam sobre a legislação municipal, a influência direta da sociedade na legislação, a apresentação de dados estatísticos, a apresentação de atores que foram determinantes aos debates e deliberações na liderança do processo político, e ainda, um levantamento das atividades da CMSP.

Ao fazer uma análise sob a ótica dos estudos legislativos sobre a década de 1930 na CMSP a partir de nossos dias, relacionar a influência e o impacto histórico dos trabalhos na construção do município é bastante esclarecedor. O estudo legislativo e seu método de compreender a complexidade do processo político faz da análise das câmaras um processo mais próximo da realidade do período. E mais adequada de se aplicar a períodos de efervescência política como a década de 1930 na câmara municipal em São Paulo.

1.3. Anais

Esta proposta de pesquisa é norteada e fundamentada nos Anais da Câmara Municipal de São Paulo, pois é nessa fonte primária que se faz presente todas as manifestações dos vereadores, como indicações, requerimentos, justificativas nas apresentações dos projetos, mensagens ao Prefeito, pareceres das comissões, declarações, discussões e discursos dos parlamentares a respeito de vários assuntos.

Os anais – fontes primárias fartas de informações – trazem dados sobre as atividades político-administrativas que ocorreram na cidade, além de retratar características do dia-a-dia através de discursos feitos no plenário que evidenciavam o surgimento de grandes alinhamentos ideológicos.

Revestidos de características de discurso oficial, os Anais mostram contestações e dissensões entre os vereadores. As peças oratórias, pronunciadas em público, poderiam ter sido escritas de antemão ou improvisadas, mas representam para além da posição individual, um alinhamento ideológico claramente identificado.

Os documentos a respeito dos legislativos municipais no período republicano precisam ser estudados com mais profundidade, pois revelam as diferentes vozes e atores sociais em nível local. A participação dos vereadores e seus posicionamentos expressam parcela do pensamento político do período e permitem não somente a identificação dos posicionamentos ideológicos, como também refletem parte do pensamento da sociedade.

As emoções presentes nos debates são evidentes, o que permite uma interessante análise paralela das leis e propostas e transformam-no em interessantes materiais narrativos. Durante as análises dos discursos, podem ser encontrados diversos tipos de interrupções vindas de diferentes autores que compunham a Câmara e a plateia presente no debate, o que obrigava por algumas vezes ao presidente da Câmara interferir para que os trabalhos pudessem ter continuação.

Pela análise dos documentos contidos nos Anais, reunidos em dois volumes, podemos destacar uma série de características e informações perante o surgimento de novas ideologias e discussões de uma parcela política do período. Uma vez que o país ainda era carente de participação popular em assuntos políticos, destacada pelo fato que o voto era restrito aos alfabetizados, grande parcela da população ficava excluída de decisões políticas. Tal análise baseia-se em justificativas expostas durante as apresentações dos projetos, mensagens que eram dirigidas ao Prefeito, pareceres emitidos pelas comissões, além do registro de debates que ocorriam acerca de assuntos variados.

1.4. Apresentação e objetivos da pesquisa

Depois de traçado um panorama do turbulento e instável governo Vargas, objetiva-se compreender e demonstrar a preocupação do legislativo paulistano em debater os grandes temas nacionais e internacionais. Esses discursos, e mesmo as correntes políticas definidas pelos partidos existentes, reproduzem os alinhamentos ideológicos contemporâneos. As discussões dos temas regionais e locais passam a ser permeados pelo modelo estrangeiro vigente, e, sobretudo, pelo modelo recém-implantado por Vargas. Nesse sentido, essa fragilidade político-social que passou a se encontrar no país, influenciando as ações do legislativo paulista, concerne à problemática deste projeto.

Apesar de não fazer parte da discussão proposta neste trabalho, uma das hipóteses que se tornou fonte de discussão na historiografia brasileira é a de que este curto período em que o legislativo municipal voltou a funcionar – após a Revolução de 1930, novamente foi “silenciado” com o advento do Estado novo – passou a ser chamado de “legislatura, perdida”.
(*COHEN, 1997*)

O propósito desse trabalho é delinear sobre o contexto político regional ao longo da década de 1930, levando em conta as discussões e debates da vereança paulistana a partir das análises nos Anais da Câmara municipal de São Paulo e em consonância com os estudos legislativos, outro grande alicerce para a pesquisa.

Para destrinchar a história nacional, estadual e regional, será apresentado um panorama dos anos 30 e seus desdobramentos que culminaram com a promulgação da Carta Magna de 1932, e reabertura do legislativo no país. Proponho uma delimitação da política paulista da década de 1930, sublinhando a questão das discussões centrais, Democracia, Comunismo e Integralismo, identificados como questões cernes nos Anais da Câmara Municipal de São Paulo. Em seguida, apresento os principais temas debatidos nessa legislatura, e o que estava por trás de algumas demandas da vereança paulista. Por último,

análise como se encerrou os trabalhos na câmara municipal, e sintetizo as principais questões que agitaram a cena política paulista quanto ao orquestrado golpe do Estado novo.

2. OS ANOS 30 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Neste capítulo, será descrita a instabilidade e a fragilidade política interna e externa da década de 1930, assim como, as incertezas quanto ao futuro que a Revolução Paulista de 32 traria com a promulgação da Carta Magna, da qual tornou viável e garantiu por um curto período o funcionamento do legislativo no país.

2.1. Os caminhos para a Revolução de 1930, a Revolução de 1932 e a Constituição de 1934

Um dos reflexos dos grandes episódios mundiais ocorridos na década de 1930 foi a instabilidade sofrida pelo Brasil abalando as estruturas levantadas durante a transição de império para república. Houve, então, a retirada de Washington Luís do poder por meio de um movimento armado (conhecido como Revolução de 30) e a tomada de poder e de grandes reestruturações políticas pela posse de Getúlio Vargas. O mundo ainda estava em grande alvoroço resultante da grande crise de 1929 e da crescente articulação de movimentos políticos com ideais fascistas ou comunistas em diversos países, entre eles o Brasil.

Com discursos que propunham romper a atual política com o cenário passado, os aliados de Vargas, agora no poder, pregavam uma total reformulação no Brasil. O Estado começou a ter uma maior expressão e o debate político teve um acréscimo de atores sociais. O governo de Vargas defendia uma reforma moral dentro do sistema eleitoral, o que acarretou no surgimento de um grupo responsável pela reestruturação da legislação eleitoral logo no início do governo provisório.

Surgiu, então, no início do ano de 1932, a primeira versão do Código Eleitoral do Brasil, criando a Justiça Eleitoral, órgão este que se tornaria responsável por atividades eleitorais, aumentando o controle sobre a escolha de governantes do país. Tal movimentação vinha em contramão do cenário político da época, o qual havia fechado os legislativos dos âmbitos municipal, estadual e federal desde o início do governo Vargas e os executivos dos estados eram controlados por interventores que ainda indicavam os prefeitos.

As tendências claramente centralizadoras do novo regime tiveram enorme influência na reorganização administrativa dos estados e municípios. Mecanismos autoritários de controle e planejamento foram impostos, os organismos legislativos tiveram sua atuação substituída pelas imposições do executivo, em todos os níveis, e uma nova burocracia, cuja ação alcançaria quase duas décadas, foi se consolidando.” (SÃO PAULO, 1992, p. 58)

Como consequência houve uma queda da hegemonia paulista na política nacional. A economia cafeeira agora era comandada de forma centralizada e o estado de São Paulo começou a ser comandado por interventores de outros estados. O Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) não tinham mais atuação dentro do cenário político, houve então uma trégua entre os dois partidos e a criação da Frente Única, que visava uma retomada do poder de autonomia paulista e a criação de uma nova constituição para o país.

Vargas foi, então, apontado como um ditador, gerando um clima de insatisfação. Os paulistas exigiam a criação de uma Assembleia Constituinte e crescia o número de adeptos à ideia de um movimento armado, que ganhou vida após a morte de quatro estudantes através de uma milícia civil responsável por confrontar o governo federal. Foi quando, em julho de 1932, teve início à guerra civil que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista e trouxe como consequência a morte de mais de seiscentas pessoas apenas do lado paulista ao

longo de seus três meses de duração. Houve grande repressão por parte do governo federal, o que acarretou na rendição do movimento paulista.

Com a evidente tensão gerada, o principal clamor do povo paulista foi acolhido por Vargas, assim, em maio de 1933, houve uma eleição de uma Assembleia Constituinte. Como parte da conciliação com os paulistas, Getúlio Vargas nomeou o paulista Armando Salles de Oliveira como interventor do estado, normalizando a situação. Há inúmeras discussões dentro da bibliografia acerca da real motivação da Revolução Constitucionalista. O movimento não deve ser visto apenas como uma articulação da elite paulista da época contra a perda de sua hegemonia perante o cenário nacional, mas, como muitos apresentam, uma movimentação em prol de uma democracia moderna e urbana guiada por uma constituição.

“... na mesma época em que tanto se insistia nos caminhos originais autenticamente brasileiros, para a solução dos problemas nacionais, iniciava-se o processo de efetiva constituição das classes dominadas, abriam-se os caminhos nem sempre lineares da polarização de classes e as grandes correntes ideológicas que dividem o mundo contemporâneo penetravam no país”. (FAUSTO, 197, p.113).

Algumas problemáticas secundárias atravessam a análise mencionada acima, como o crescimento do papel do Estado e das demandas burocráticas. Com uma arena de interesses maiores e mais complexos, surgem novos atores sociais no jogo político, dos quais passariam a questionar a legitimidade do Estado. O desafio republicano para gerar consensos coletivos e responder aos diversificados atores e problemas sociais e políticos fora gestado em 1932, com a criação e promulgação do Código Eleitoral, que traria a Justiça Eleitoral como principal órgão responsável pelas atividades eleitorais e um controle maior na escolha dos governantes do país.

O período do segundo governo de Vargas foi tenso, já que as polarizações ideológicas e os projetos para o Brasil eram bastante antagônicos. Por exemplo, aumentaram as agitações operárias e populares, tendências fascistas se articularam em torno da Ação Integralista Brasileira (AIB) ¹ e tendências comunistas e socialistas em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL) ².

Nesse contexto, forma-se um ambiente político em que a opção entre a democracia ou ordem social sintetiza as alternativas propostas por diferentes grupos. Os temas do debate político são variados: autoritarismo, fascismo, justiça social, democracia, progresso, ordem, entre outros. Era comum a oscilação entre polos diferentes do debate. Segundo a historiadora Ilka Stern Cohen,

[...] ‘revolucionários’, conservadores, integralistas e liberais se debatem em torno das perspectivas e dilemas políticos do momento. O fascismo, a guerra civil espanhola, a eficiência dos trens europeus, o Estado forte, o perigo vermelho – bem como a discussão sobre os ‘rumos’ futuros da Nação constituem a substância dos debates. (COHEN,1997, p. 35)

Os “rumos” futuros da Nação fazem parte das discussões de muitas casas legislativas do período, e na Câmara Municipal de São Paulo não foi diferente: ela foi palco de acalorados debates sobre o assunto. No entanto, essa curta legislatura é interrompida, o golpe varguista silencia os discursos dos candidatos à sucessão presidencial e de qualquer oposição. Começa então um período de forte censura, com o fortalecimento do Departamento

¹ A AIB foi fundada pelo nacionalista Plínio Salgado, em 1932, e seu projeto político foi apresentado no chamado Manifesto de Outubro. Era a favor de um governo centralizador, montou uma organização paramilitar, e enfatizava a obediência aos superiores, sendo ele mesmo a liderança máxima.

² ANL foi formada em 1935, embora nos períodos anteriores existissem movimentos antifascistas que reuniam forças de esquerda. A partir de então os aliancistas atuavam com veemência contra os integralistas, e propunham mudanças como a suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização de empresas estrangeiras e reforma agrária. A existência formal desse grupo durou pouco, pois Vargas ordenou seu fechamento.

de Imprensa e Propaganda (DIP). Como escreveu a historiadora Ilka Stern Cohen, “*o golpe de 1937 encerra pela violência o debate sobre as alternativas políticas, uma vez que define o caminho a ser seguido*”. (COHEN,1997, p. 35)

2.2. Comunismo, democracia e integralismo.

O período que antecede à década de 1930 caracteriza-se como sendo um dos mais complexos e determinantes para a história dos séculos XX e XXI, com a crise do capitalismo e de sua ideologia liberal.

O surgimento do socialismo leninista e da URSS e a emergência dos EUA no cenário mundial, associado ao enfraquecimento da Inglaterra como hegemonia do capitalismo, e principalmente a consolidação do nazismo e do fascismo na Europa, vão acirrar as contradições entre as potências.

O Brasil passa neste momento por uma transição ao capitalismo e de seu processo de revolução burguesa tardia. Em Outubro de 1930, chegam ao poder político do Estado diferentes setores da burguesia nacional, associados a setores da oligarquia rural sem que isto representasse mudanças estruturais para o país, trazendo consigo as contradições entre os apoiadores dos fundamentos da Primeira República Velha – baseada no modelo monocultor de exportação – e aqueles que acreditavam em um novo modelo de caráter desenvolvimentista.

Neste contexto, o Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922 e colocado na ilegalidade em junho do mesmo ano, terá um papel importante nos acontecimentos nos anos 20 e na década seguinte. Em Janeiro de 1927, o PCB conquista sua legalidade e é novamente colocado na ilegalidade em agosto. Dentro deste contexto de ilegalidade, o PCB adota uma posição de participação de uma frente progressista, a Aliança

Liberal, comprometendo-se ao seu programa que compreendia o voto secreto, alfabetização, justiça, liberdade de organização e imprensa, não sem que esta posição fosse contestada dentro do próprio partido.

No seio das classes dominantes brasileiras havia, no entanto, duas posições antagônicas, que vão para a disputa eleitoral à Presidência da República, divididas entre os que apóiam a manutenção da Primeira República e as dissidências das oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. As candidaturas dividiram-se respectivamente, entre as propostas de Julio Prestes e Getúlio Vargas, líder da Aliança Liberal. Mesmo na ilegalidade e participando da Aliança Liberal, o PCB lança candidaturas próprias em todos os níveis e considera a candidatura Varguista como fascista.

Com a derrota eleitoral de Vargas, inicia-se a preparação do movimento militar que culmina, em outubro daquele ano, com o chamado Movimento de 1930, levando ao poder Getúlio Vargas, com o apoio do “imperialismo norte-americano, objetivando deslocar seu concorrente inglês”, segundo análises dos comunistas à época.

Por outro lado, a “despeito dos seus limites”, o Movimento de 1930 representou um claro avanço histórico, pois o governo que se instaurou passou a reconhecer “direitos sociais que os operários exigiam há muito tempo”, o país ampliava a “industrialização e à modernização econômica e social (...) rompendo, mesmo que moderadamente, com as imposições estrangeiras e com as exigências dos aliados internos do imperialismo”. (KONRAD, 2015)

No entanto, a tática de “classe contra classe”, decidida pelo VI Congresso da Internacional Comunista (KONRAD, 2015), fez com que o PCB, optasse por uma avaliação equivocada da conjuntura política, que era a de colocar em contradição forças políticas diferenciadas das tradicionais classes dominantes brasileiras. Em editorial de outubro de 1930, “A Classe Operária”, como órgão de imprensa oficial do Partido, divulgava a opinião de que

as dissidências remascaravam os dois bandos da política coronelista, sendo que a guerra civil era uma reação dos generais a serviço dos imperialistas em luta. Via-se o imperialismo em luta e se olhava seus defensores como se fossem iguais. O resultado só poderia ser a equivocada ausência do processo de luta em curso.

Esta análise dos dirigentes do PCB considerava que 1930 era uma luta local entre as oligarquias que apoiavam o imperialismo inglês ou o imperialismo norte-americano. O Partido entendia que era necessário conchamar as massas exploradas para a conquista do poder operário e camponês baseado nos Conselhos de Operários, Camponeses, Soldados e Marinheiros. Esta visão simplista fazia com que o Partido não entendesse que o resultado do movimento de 32 desalojava do poder “importantes agrupamentos de forças reacionárias” e adotava medidas de “caráter democrático-burguês”. Mesmo sendo dirigido pela “burguesia em aliança com setores de latifundiários” ou sem tocar “no monopólio da terra” nem “impedir a penetração do capitalismo”. (*AMAZONAS, 1995, p.149*)

Esta opinião é complementada por João Amazonas e Maurício Grabois, que mais tarde seriam a dissidência que criaria o atual Pcdob, ao afirmarem que o Partido não compreendia, então, o processo político em curso, não descortinando naquelas lutas o movimento, ainda confuso, por transformações democrático-burguesas, considerando que o proletariado nada tinha a ver com os fatos em desenvolvimento no país. Assim, adotava posições sectárias e alheias da situação real, aplicando mecanicamente as teses da Internacional Comunista. Desta forma, para Amazonas e Grabois, o Partido se apartava da realidade concreta, desligando-se das grandes massas, não influenciando sobre elas. O que o impedia de se tornar uma corrente política de projeção nacional, pois não soube disputar, no decorrer da luta, a liderança daquele movimento com os agrupamentos burgueses e a pequena-burguesia. (*KONRAD, 2015*)

Este erro de avaliação daria a Vargas, mais adiante, a justificativa para uma perseguição acirrada ao PCB, muito embora o próprio partido tenha se beneficiado da relativa abertura que se deu no período entre 1934 e 1936. Segundo Amazonas e Grabois, “à margem da luta política” o Partido era “um pequeno grupo com atividade bastante reduzida” se limitando “à propaganda abstrata das ideias revolucionárias”, fazendo “agitação pouco compreensível às massas, desligada da vida”. (KONRAD, 2015)

Com esta análise hoje vista como equivocada, a vitória armada da Aliança Liberal, o PCB apostava na exacerbação das contradições entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Isto geraria uma longa guerra civil, idêntica à da China, o que, diante da crise, da miséria cada vez mais crescente e da disposição revolucionária das massas, poderia favorecer a ascensão do “terceiro poder”. Esta situação poderia resultar na vitória das massas operárias e camponesas que lutavam sob o domínio político do Partido. Porém, foram as teses da Aliança Liberal que ganharam a maioria dos brasileiros, tanto que muitos integrantes do Partido passaram a apoiar os revolucionários de 1930.

Luiz Carlos Prestes, recentemente aderido ao PCB, muito embora sua ligação com o Movimento de 22 o tivesse levado à Aliança Liberal, divulga em Março de 1931 uma carta aberta onde criticava os participantes dos movimentos de 1922 e 1924 que aderiram a Vargas, acusando-os de terem se colocado no campo do inimigo. Ao mesmo tempo, proclamava sua fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário, chamando as massas a organizarem-se nas fileiras do Partido, condenando os brasileiros que não apoiassem integralmente os comunistas.

O Movimento de 1930, transformado em Governo Provisório, não rompeu de forma revolucionária com a estrutura sócio-econômica de 1930, mas iniciou um processo de reformas, entre elas, das legislações eleitoral, trabalhista e sindical, reivindicações que faziam parte das lutas operárias das décadas anteriores, mesmo que não com o conteúdo dado pelo

governo. Adotou, por exemplo, medidas de caráter popular e de sentido democrático-burguês (nacionalização do subsolo, golpe às velhas oligarquias estatais, decretação das oito horas de trabalho, reconhecimento dos sindicatos). Poucos anos depois, estabeleceu o voto secreto e convocou uma Assembléia Constituinte, que elaborou a nova Constituição, mesmo que orientado por uma política demagógica de cunho social-reformista, chegando mesmo a criar uma representação classista no Parlamento, eleita pelos sindicatos, já então subordinados ao Ministério de Trabalho, estruturado especialmente para desenvolver a colaboração de classes. (KONRAD, 2015)

Esta situação fez com que as grandes massas trabalhadoras e setores importantes da pequena-burguesia rapidamente passassem a apoiar o novo governo, isolando politicamente as posições do Partido, abrindo espaço para pensamentos que estavam alinhados com os movimentos internacionais como o nacional-socialismo e o fascismo; cujo espaço na Europa ganhava apoio popular, e no Brasil tinham como representantes os Integralistas, que passaram a ter representação nos legislativos dos principais estados do país.

A tática sectária e esquerdista do Partido, além de impedir que avance a consciência das massas rumo às mudanças mais profundas, contribuiu para que, uma vez consolidado o governo de Vargas, este continue a reprimir as manifestações organizadas pelo Partido, que permanece na clandestinidade. A repressão policial prendeu centenas de trabalhadores e comunistas, muitos enviados para as prisões da Ilha Grande e de Fernando de Noronha, além de assassinar outros tantos, ainda em 1931.

As posições de Luiz Carlos Prestes, afinadas com a Internacional Comunista, o colocaram na linha da futura Intentona Comunista e com a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) passaram a ser a principal força de oposição ao governo Vargas, defendendo mudanças políticas e sociais para além daquelas definidas pela Aliança Liberal. Considerando

uma ameaça para o seu projeto, Vargas proíbe as atividades da ANL em 1935, jogando o PCB mais uma vez na clandestinidade.

Embora os integralistas tenham jogado um papel importante no pensamento anticomunista que serviu de base para a repressão aos comunistas que passa a ocorrer principalmente após a intentona de 1935, Vargas somente flertou com este movimento por pura conveniência política. Tanto que os cárceres durante sua Ditadura também foram ocupados por vários integralistas mais exacerbados.

Os integralistas, por sua vez, mesmo tendo um alinhamento com os pensamentos fascistas e nazistas – a duvidosa simpatia de Vargas – e se posicionarem veementemente como anticomunistas, tinham uma atuação muito mais “pictórica” ao ponto de um evento de confronto ocorrido em 1934 em São Paulo, entre movimentos antifascistas e a AIB. Culminar com uma chacota histórica conhecida como Revoada das Galinhas Verdes, quando os Integralistas se retiraram da Praça da Sé deixando para trás as camisas verdes que usavam, um dos símbolos da agremiação.

A Intentona Comunista, que deveria ocorrer em novembro de 1935 a partir vários quartéis militares espalhados pelo Brasil teve adesão de apenas em três quartéis: um de Natal (RN), um de Recife (PE) e outro na cidade de Rio de Janeiro (RJ). As forças militares do governo combateram e debelaram em poucos dias a rebelião, que contou com baixa adesão popular e militar, ao contrário do que se esperava.

Como consequência, Vargas encontrou as justificativas de que precisava para a decretação de Estado de Sítio no final de 1935, seguido pela declaração de estado de guerra no ano seguinte, aumentando a perseguição e repressão aos opositores, principalmente comunistas, que foram considerados pelo governo como uma “ameaça a paz nacional”, causando o enfraquecimento da oposição política ao seu governo, que usou a “ameaça comunista” como pretexto para manter-se no poder durante o Estado Novo.

Com plenos poderes, o Estado Novo perseguiu, prendeu e torturou sem que houvesse qualquer controle por parte das instituições ou da sociedade. Em 1936, foram presos os líderes comunistas Luís Carlos Prestes e Olga Benário. Olga, que era alemã e judia, seria mais tarde deportada grávida pelo governo Vargas para a Alemanha, e morreria nos campos de concentração nazistas.

A “ameaça comunista” ou “ameaça vermelha” seria, mais tarde, a justificativa repetida para o golpe militar de 1964, com um novo período de perseguição, em regime de exceção, prisões e morte de opositores.

2.3. Partido Republicano Paulista e Partido Constitucionalista

Além da polarização entre comunistas e integralistas, houve o ressurgimento de grupos políticos tradicionais. Forças políticas paulistas buscavam se reorganizar no cenário de constitucionalização do país. A trégua dada em 1932 entre oposições políticas estendeu-se até a promulgação da Constituição de 1934. O então interventor de São Paulo, o paulista Armando Salles de Oliveira, fundou o Partido Constitucionalista (PC), que contava com aliados do antigo Partido Democrático (PD)³ e alguns dissidentes do PRP, surgindo assim as duas principais forças políticas de São Paulo, o PC e o PRP.

Na disputa pela Câmara Federal ordinária e pela Assembleia Estadual o PC teve um desempenho mais significativo, tendo 58.762 votos a mais que o PC, que havia conquistado 160.709 votos. Armando Salles de Oliveira continuou no poder do estado, sendo eleito governador nas eleições indiretas realizada pela Assembleia Legislativa.

³ Partido Democrático (PD), fundado em 1926 a partir de rompimentos com o próprio Partido Republicano Paulista (PRP), tornando-se grandes adversários políticos na próximas eleições. A bandeira levantada pelo partido era a da reforma política, da qual esperava culminar com o fim das fraudulentas eleições.

Esta tendência foi repetida nas eleições municipais de 15 de março de 1936, onde o PRP elegeu 64 prefeitos e 784 vereadores no estado, números inferiores ao PC, que elegeu 173 prefeitos e 1.095 vereadores. Diferente do resto do país, onde, pela Constituição de 1934, os vereadores eram eleitos pelo voto popular e então estes elegeriam um prefeito, o prefeito da cidade de São Paulo era apontado pelo governador, tornando Fábio da Silva Prado o então prefeito. O desespero dos perrepistas tornou-se ainda mais visível com a sua amarga derrota para o Partido Constitucionalista, que tornara sua estrutura tão semelhante quanto à do PRP do qual tanto criticavam. E é nesse momento que os escritos de Raymundo Faoro vem à tona, quando o mesmo analisa o sistema partidário do início da República do Brasil, como sendo apenas trocas de homens no poder. Uma crítica tão atual quanto a que se gestou pós-Revolução de 1932, com a disputa entre peceistas e perrepistas.

A maioria dos debates dos anos de 1936 e 1937 eram marcados principalmente pela questão da sucessão presidencial. Armando Salles de Oliveira candidatava-se agora para o cargo federal pelo PC, aproximando a oposição à Vargas. O candidato oficial foi José Américo de Almeida. Plínio Salgado emergiu como representante dos integralistas.

O clima de tensão era claro e trouxe a aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1935. O golpe comunista fora fracassado e ainda trouxe consigo uma abertura maior para medidas repressivas. Houve intervenção federal em alguns estados ao longo do ano em 1937. O prefeito da capital do país fora afastado diante de acusações que o ligavam à extinta ANL. A democracia e o debate eleitoral estavam com suas estruturas abaladas.

Face à crise, a Câmara Municipal de São Paulo foi palco de manifestações de vereadores perante assuntos não apenas locais, mas que envolviam a discussão do quadro político nacional.

2.4. Os Integralistas eleitos

De natureza verdadeiramente natural, a AIB do líder carismático Plínio Salgado, fez-se presente também na esfera municipal, com a eleição do vereador e aviador, João Ribeiro de Barros, responsável pelo primeiro voo transatlântico da história da aviação. O comandante João Ribeiro alavancou sua carreira com um feito tomado como impraticável, além de todos os entraves e epopéias das quais quase o fizera desistir, como, sabotagens, problemas técnicos, problemas de saúde – incluindo malária contraída em Cabo Verde – e uma carta do então presidente Washington Luís instruindo-o a abandonar sua empreitada e enviar seu avião desmontado para o Brasil.

Em resposta ao Exmo. Sr. Presidente Washington Luís, João Ribeiro de Barros declara: *“cuide das obrigações do seu cargo e não se meta em assuntos dos quais vossa excelência não entende e para os quais não fora chamado, assinado: Comandante Barros”* (BARROS, 1927). Mesmo com um cenário do qual o impossibilitaria a prosseguir, em 28 de abril de 1927, João Ribeiro de Barros pousa seu avião em Fernando de Noronha, concluindo seu feito histórico. Ao receber a notícia, o presidente Washington Luís sugere ao comandante Barros que pouse nas principais capitais, para que fosse recebido com todas as honrarias e homenagens das quais o cabiam.

Tal qual seria a importância de um candidato da Ação Integralista Brasileira, em âmbito municipal se não fosse a celebridade e o status do aviador João Ribeiro de Barros? A resposta fora dada na eleição de 1936 com os 1.426 votos dos quais o elegera o primeiro vereador da AIB. Sua trajetória política nessa legislatura durou algumas semanas e sua participação no primeiro ato da câmara fora marcado por aplausos e grande entusiasmo de sua “platéia” integralista, quando proferiu no juramento de posse um “Anauê” no lugar do “Assim o prometo”. A renúncia fora feita em julho de 1936 sem quaisquer motivos que se possa

identificar nos anais, já que bibliografia sobre esse personagem e sobre essa legislatura ainda são escassas.

Outro personagem de destaque nessa legislatura fora o suplente José Ferreira Alves Cyrillo Filho, com uma personalidade extremamente marcante o vereador inicia seus trabalhos sendo aclamado por sua “platéia” integralista, seguindo os mesmo passos do aviador Barros, proferindo em sua posse “Anauê” e outras palavras de ordem e cunho integralista. Filho do cacique da política paulista, herdara de seu pai a habilidade política para “incendiar” as discussões e os debates políticos, como será analisado nos próximos capítulos.

A carência de uma biografia desse personagem, e de bibliografias sobre a legislatura, dificultou a pesquisa proposta. No entanto, os debates proferidos por José Cyrillo roubam a cena em muitas sessões, como será apresentado a seguir.

3. AS ELEIÇÕES DE 1936 E O INÍCIO DA LEGISLATURA

Quanto à Câmara Municipal de São Paulo, seu papel de discussão política foi importante para a cidade, já que o prefeito fora indicado pelo governador do Estado, que por sua vez fora eleito pela Assembleia Legislativa. Os vereadores, na cidade, eram os únicos representantes do voto popular, apesar dos limites e restrições eleitorais que existiam no período, como o impedimento imposto aos comunistas.

Em quase um ano e meio de discussões, o cenário da câmara os vereadores atuaram em questões ligadas à superfaturação dos meios de transporte, moradia popular, obras de infraestrutura, combate a enchentes, aumento dos preços de primeira necessidade, entre outros. A partir da década de 1930, apesar do discurso centralizador colocado pelo governo federal, e adotado nos demais níveis do Poder Executivo, ampliou-se a participação de

diferentes grupos sociais no espaço político. Essa demanda pela participação política foi sufocada até o fim do Estado Novo, quando começa uma nova fase de representação.

3.1. Início da legislatura de 1936 e dados sobre os eleitos.

A eleição para a Câmara Municipal de São Paulo de 1936 foi bastante peculiar: trata-se da única que escolheu vereadores ao longo de quase vinte anos. Novas eleições para o parlamento municipal só ocorreriam em 1947.

A sessão solene de abertura foi realizada na simbólica data de 9 de julho, marco da Revolução Constitucionalista. O presidente da sessão foi o Jurista Oswaldo Pinto do Amaral, juiz da primeira Zona Eleitoral, que acompanhara a escolha dos mais novos vereadores. Entre os convidados que assistiram a posse dos vereadores, estava o prefeito Fábio Prado. Os vereadores eleitos foram os seguintes podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1. Vereadores eleitos em 9 de julho de 1936.

Partido	Vereador
PRP	Abrahão Ribeiro
PRP	Achilles Bolch da Silva
PC	Alcides Chagas da Costa
PC	Alexandre de Albuquerque
PC	Antonio Candido Vicente de Azevedo
PC	Francisco Machado de Campos
PRP	Gaspar Ricardo Júnior
AIB	João Ribeiro de Barros
PC	José Cerquinho de Assumpção
PRP	José Adriano Marrey Júnior
PC	José Ferreira da Rocha Filho
PC	Luiz Augusto Pereira de Queiroz
PRP	Luiz Tenório de Brito

Quadro 1 (cont.). Vereadores eleitos em 9 de julho de 1936.

Partido	Vereador
PC	Miguel Paulo Capalbo
PC	Modesto Naclério Homem
PRP	Orlando de Almeida Prado
PRP	Reynaldo Smith de Vasconcelos
PRP	Sylvio Margarido
PC	Thiago Masagão Filho
PC	Thomaz Lessa

Nem todos os vereadores eleitos permaneceram no cargo até novembro de 1937. Houve renúncias, como é o caso de João Ribeiro de Barros, único eleito pelo Partido Integralista, que deixou o cargo ainda no mês de julho de 1936. Em seu lugar, assumiu o suplente Integralista José Ferreira Alves Cyrillo.

O vereador mais votado, Marrey Júnior, ficou responsável em prestar o compromisso legal, acompanhando-o em seguida os demais vereadores, um a um, com a fórmula regimental – “Assim o prometo”. O texto tratava do respeito à constituição federal e do estado, entre outros temas protocolares. Todos os vereadores disseram o “Assim o prometo”, com exceção de João Ribeiro de Barros, único vereador eleito pelo Partido Integralista, que profere as seguintes palavras: - “Em nome de Deus, *Anauê*”. Ele diz a frase de praxe apenas quando é solicitado pelo Juiz Oswaldo Pinto do Amaral. De qualquer modo, Ribeiro de Barros conseguiu deixar registrada a presença do integralismo, contrapondo-se aos demais vereadores. (*ANNAES, 1936, p.6*)

Após a votação para a escolha da Mesa da Câmara, cujo presidente eleito foi Francisco Machado de Campos, do PC, o Juiz Oswaldo Pinto do Amaral proferiu um curto discurso, em que destaca o retorno de São Paulo ao “*regime sereno da Lei e do Direito*”. Menciona também a data simbólica para o início da legislatura: o dia 9 de julho, “*que*

relembra o arfar ansioso dos corações paulistas, em 32, pela reconstitucionalização imediata.” (ANNAES, 1936, p.7)

O Juiz também ressalta a atuação da Justiça Eleitoral na escolha dos vereadores:

Dando posse a este grêmio ilustre de vereadores, tenho a impressão, quiçá, imbuída de alguma veleidade, de contribuir, com a minha atuação isolada de magistrado, para o coroamento feliz de uma excelsa obra, a que já dei uma parcela de esforço, nos trabalhos da apuração das eleições de março. Vejo, assim, que esse esforço, conjugado ao dos meus demais colegas do judiciário, se transformou neste magnífico resultado, de uma edilidade legal e perfeitamente constituída, escoimada de vícios e extirpada de dúvidas, patenteando a avançada em que caminhamos no campo da civilização por via desse precioso instituto que é o voto secreto. (ANNAES, 1936, p. 8)

Dessa maneira, havia um clima de entusiasmo em relação às possibilidades de discussão livre e aberta na Câmara Paulistana. Nos discursos iniciais, a Revolução Constitucionalista foi lembrada, e as expectativas de um legislativo participativo, que trabalhasse para conduzir a cidade de São Paulo naqueles tempos de rápida mudança.

3.2. Comunismo e integralismo em pauta

Entre os diversos temas debatidos pelos vereadores na Legislatura de 1936 e 1937, destaca-se a oposição entre liberal-democracia e integralismo. Esse tipo de discussão ocorre em todos os meios políticos do período, e na Câmara Municipal de São Paulo a presença de um vereador integralista coloca certa regularidade ao assunto, retomado a todo o momento. Um dos mais importantes pontos de comum acordo entre os vereadores era o anticomunismo. Nas palavras do vereador Marrey Júnior, na sessão ordinária de 13 de julho

de 1936: “Aqui, já os estadistas se convenceram de que a luta decisiva do após guerra é a que vem sendo travada entre a democracia e o soviétismo.”. (ANNAES, 1936, p. 36)

As divergências políticas entre o PRP e o PC, embora persistam em muitas questões, se encerram diante do discurso integralista. Aliás, o partido do vereador José Cyrillo é apresentado ora como ameaça, ora como caricatura das tendências políticas na Europa. A oposição entre a liberal-democracia e o integralismo merece destaque dentro dos discursos ocorridos entre os vereadores na Legislatura de 1936 e 1937, que, embora nos dias atuais pareçam surpreendentes, eram debates comuns ao período que apresentavam ideologias políticas de grande oposição.

José Cyrillo, vereador integralista que havia tomado posse em 8 de agosto de 1936, deixou claro em sua fala de 22 de agosto sua oposição ao comunismo e à liberal-democracia, declarando:

A liberal-democracia, Sr. Presidente, transformou o nosso país em uma colônia de banqueiros, esquecendo, muitas vezes, os interesses do povo, e só percebendo agora, com esse movimento comunista, que o Brasil está na agonia. É a liberal-democracia, que passou anos e anos no idílio dos prometedores e encantadores discursos e plataformas, só percebendo agora, Sr. Presidente, com esse movimento comunista, que os comunistas e os anarquistas estão empenhados na destruição do nosso povo, explorando as descargas proletárias, porque as classes operárias tem sido esquecidas pelo Estado liberal-democrático, se é que esse Estado existe, porque não compreendo o Estado liberal-democrático com uma Lei de Segurança e com uma lei de estado de guerra. (ANNAES, 1936, p. 205)

O discurso faz um ataque direto a comunistas e anarquistas, porém opõem-se à ideia da liberal-democracia como solução. Questionava a forma de democracia que estava sendo afetada pelo estado de guerra que o país protagonizava, aumentando o poder de decisão presidencial. Oposto ao discurso de Cyrillo, destaca-se a fala de Marrey Júnior: “*dentro da liberal-democracia, há também disciplina. V. exc. está confundindo liberal-democracia com anarquia*”(ANNAES, 1936, p.205). Marrey defendia que a batalha contra comunistas necessitava de posições “disciplinares”. Seriam estas justificadas pela necessidade da manutenção da democracia e da liberdade. Porém, para Cyrillo, o momento político não representava a democracia, pois era autoritário, e isso deveria ser admitido.

Apesar da elevada sabedoria dos vereadores, os debates apresentavam também momentos de ironias e ofensas. Diante das afirmações expostas por Cyrillo, os vereadores Chagas da Costa e Gaspar Ribeiro rebatem:

José Cyrillo: [...] “o nosso regime, o da Ação Integralista, é o mais perfeito, porquanto...”

Chagas da Costa: [...] “É o regime da rolha e do manganello, daqueles que raspam a cabeça dos que vão contra os seus princípios.”

José Cyrillo: [...] “nós seguimos o regime normal, e que é o da economia dirigida, que vv. Excs. não seguem.”

Gaspar Ricardo: [...] “Digerida”...

Chagas da Costa: [...]”E por sinal, mal “digerida”...”

José Cyrillo: [...] ““Digerida” tem sido a economia do país pela República liberal.” (ANNAES, 1936, p.207)

O discurso integralista põe fim em grande parte das divergências políticas existentes entre PC e PRP. O partido de Cyrillo é exposto em partes como ameaça, em partes

com características típicas da política europeia. Nota-se que em certas partes o discurso anti-liberalismo é comparado ao discurso comunista.

A memória da Revolução de 1932, elemento instigante utilizado como estratégia de campanha eleitoral de inúmeros partidos, também volta a discussão por diversas vezes nas sessões, geralmente vinha como crítica acirrada ao integralismo. Em 29 de agosto de 1936, Cyrillo questiona os que defendem a Revolução como sendo egoístas com os interesses nacionais, apenas defendendo interesses regionais. Mesmo com as críticas, Cyrillo presta uma homenagem às vítimas dos confrontos, independente do lado em qual lutavam e ainda confessa ter sido um combatente em 1932, ludibriado por alguns ideais.

José Cyrillo: E por que fizeram a revolução de 32, derramando o sangue da mocidade brasileira?

Chagas da Costa: Fizemos a de 30 e a de 32.

Sylvio Margarido: A revolução de 32 era contra-revolução. A revolução de 30 visava colocar Getúlio Vargas no poder e a de 32 visava tirá-lo desse poder.

Chagas da Costa: Como é restrita a visão de v. exc. Eu tomei parte na Revolução de 30 e na de 32.

Sylvio Margarido: Estou de pleno acordo com v. exc.: a revolução de 30 não tinha ideal nenhum. O seu móvel era apenas a conquista do poder.

José Cyrillo: O movimento não trazia idéias e nem plano de ação, fixando apenas a derrubada e a destruição, servindo de instrumento aos agentes de Moscou.

Sylvio Margarido: É isso mesmo. É por isso que vemos integralistas nas Câmaras depois de 30. Essa revolução trouxe agentes de Moscou,

comunismo, integralismo e essas novidades todas, que não tínhamos antes de 30. (ANNAES, 1936, p. 257)

Vale ressaltar que a Revolução de 1932 volta às discussões por diversas vezes, uma vez que ambos os partidos demonstravam simpatia ao ideal do movimento, revelando distintos projetos políticos para parte das elites políticas paulistas. Nesta discussão de 29 de agosto de 1936 pode ser observado que Sylvio Margarido, vereador do PRP, defende que a revolução de 1930 tinha como único propósito a tomada do poder. Já os discursos do lado do PC mantinham uma posição mais amigável quanto à entrada de Vargas no poder, exaltando a Revolução de 1930, deixando um pouco de lado a resistência da Revolução Constitucionalista.

No entanto, os discursos do vereador integralista despertavam desafetos de ambos os partidos. Este, porém, era incisivo em transparecer a visão de seu partido, seja qual fosse o tema em pauta. Evocada o nacionalismo, fazia duras críticas ao atual sistema eleitoral, mesmo que tal sistema tenha o eleito. Em 5 de setembro de 1936, outro discurso se opõe aos ideais de Cyrillo:

Pereira de Queiroz: (...) o mal do Integralismo é escravizar a vontade de cada um à vontade do chefe único! É a escravidão da opinião pública, que é a pior das escravizações!

Chagas da Costa: Todos terão que fazer o que um só homem entende!(...)

José Cyrillo: Esse liberalismo econômico, ele, só ele, permite ao homem a explosão de suas ambições egoístas. Ele só ele permite a desumanidade do forte esmagar o fraco. Ele, só ele permite que para abarrotar de ouro os seus cofres já opulentos se não lembram dos lares humildes onde, minuto a minuto, definhavam vidas preciosas à coletividade e à pátria....

Chagas da Costa: Tanto somos liberais, que v. excia. ocupa uma cadeira nesta Câmara, por eleição do povo que, segundo v. excia, está morrendo de fome...

José Cyrillo: A minha permanência aqui corresponde ao suicídio da liberal-democracia. (...) Mas, Sr. Presidente, dizia eu que sendo liberais, tem necessidade de estrangular as idéias que pregam. É que preferem governar anti-democraticamente sob a proteção da democracia. (ANNAES, 1936, p.317)

O integralismo ameaçava a democracia pelo controle que dava aos partidos que representavam os grupos dominantes. Entretanto, os integralistas se ajustavam às regras propostas, participando de eleições e ansiando que Plínio Salgado fosse eleito presidente. Para divulgar as ideias de Plínio, em 10 de outubro de 1936 Cyrillo lê integralmente, para registro nos Anais, o manifesto-programa da Ação Integralista Brasileira, trazendo ainda uma discussão à Assembleia:

E isto por que o liberalismo pressupõe, justamente, a escravidão. Onde está essa liberal-democracia?

Abrahão Ribeiro: Na Inglaterra, por exemplo. A Inglaterra é um exemplo típico.

Naclério Homem: Está aqui: 19 a 1...

Abrahão Ribeiro: Na própria Alemanha, antes de Hitler.

[...]

Abrahão Ribeiro: Entretanto, há pouco, repetindo as palavras do manifesto que v. excia. está lendo, v. excia. disse que a liberdade individual é intangível. Faça o obsequio de ler de novo algumas linhas atrás.

José Cyrillo: Por que vv. excias. combatem a liberdade do comunismo?

Abrahão Ribeiro: A liberdade do comunismo está fora da lei. Queremos a liberdade dentro da lei.

Naclério Homem: A liberdade comunista é liberdade das feras.

[...]

José Cyrillo: Achamos o seguinte: que no atual regime não há representação popular. Tanto não há representação popular que pergunto: aqui, nesta Câmara, onde está o operário representando os operários?

Naclério Homem: Essa, a representação de classes, é outra cousa.

Thomas Lessa: V. excia. é um ilustre representante popular aqui na Câmara.

José Cyrillo: A minha eleição é o suicídio de regime liberal democrático por meio do voto universal.

Thomas Lessa: Então é o de v. excia. também.

José Cyrillo: O meu suicídio não. Estou na marcha gloriosa da unidade da pátria.

Naclério Homem: Se essa glória um dia vier.

Chagas Costa; Só se for o caminho do calvário...

José Cyrillo: É o caminho do calvário para salvar o povo brasileiro! Contra os comunistas destruidores do universo e do liberalismo que transformou a nossa pátria em “Colônia de Banqueiros”.

[...] (ANNAES, 1936, p.205)

Podem ser facilmente destacadas as diferenças ideológicas presentes no período. O liberalismo se fazia presente em discussões acerca de temas regionais e nacionais. Um exemplo pode ser observado claramente quando da visita de Franklin Roosevelt, então presidente norte-americano. Na ocasião, em 28 de novembro de 1936, os vereadores Alcides Chagas da Costa e Naclério Homem propõem uma homenagem ao que chamam de representante da maior democracia americana, o que foi duramente criticado por Cyrillo “*Vv. excias. então criam uma outra democracia, que é a americana, porque não é liberal-democrata o presidente dos Estados Unidos.*” . Para ele, o *New Deal* apresentado por Roosevelt aposentara o bicentenário estado liberal que os Estados Unidos tinham. Cyrillo ainda ressalta os estados totalitários europeus:

[...] se um pobre miserável, morto de fome, assalta um homem na rua, é condenado a 8 anos de Penitenciária, enquanto que os açambarcadores de produtos matam a humanidade inteira e não são condenados a pena alguma. Vv. Excias. Não vêem isto na Itália, na Alemanha, nem em Portugal. Ali os açambarcadores são condenados.(ANNAES, 1936, p.1025)

A forma de democracia existente traz divergentes discursos dos vereadores ditos liberais. Pode se destacar um discurso de concessões às medidas de exceção propostas como combate ao comunismo pelo governo federal. Em 28 de novembro de 1936, o vereador Orlando Prado debate:

Orlando Prado: A questão social entre nós tem sido como já disse, uma questão de polícia e continua a sê-lo, tanto assim que houve a necessidade de se estabelecer o estado de guerra, para se manter a ordem perturbada pelos extremistas ignorantes, que desconhecem o que vale o Brasil e o que é o horror da Rússia sofredora sob o jugo do comunismo. (ANNAES, 1936, p.1042)

Alguns outros temas são colocados em pauta, como uma controvérsia existente na História de São Paulo. Em 7 de agosto de 1937, Vicente de Azevedo, então vereador, discursa com uma posição contrária à obra do integralista Gustavo Barroso, alegando que a afirmação presente em seu livro de que João Ramalho seria de origem judaica seria uma afronta ao povo paulista.

Pode ser observado claramente o antissemitismo presente nos discursos políticos. Para Vicente de Azevedo, o racismo pregado por países e fundamentado em teorias científicas é incontestável, como foi o caso da perseguição alemã aos judeus, pois “*lá se estudam a fundo os problemas*”. (ANNAES, 1937, p.330)

Já em 18 de setembro de 1937, Cyrillo lê no plenário uma carta de Gustavo Barroso como resposta a Vicente de Azevedo. Nele, Barroso defende-se das acusações de Vicente, reiterando ainda as origens judaicas de João Ramalho, defendendo que isto não seria uma afronta ao povo paulista. Discursos com teor racista podiam ser observados em ambos os lados do debate, defendendo apenas a honra do povo paulista, que não deveria ter sua história gloriosa manchada por uma importante figura sendo de origem judaica.

4. A CMSP EM 1937 E A CRISE DA DEMOCRACIA

Antes mesmo de instaurar um regime de exceção em Novembro de 1937, Getúlio Vargas já fizera seu trabalho rompendo com o ambiente constitucional recém instaurado, silenciando novamente os legislativos de todo o país. A última sessão dessa legislatura, antecedeu o golpe do Estado Novo em 10 de Novembro de 1937, e o clima no legislativo municipal de São Paulo será apresentado nesse capítulo final.

4.1. A Câmara Municipal de São Paulo posta em silêncio novamente

Apesar das agitações causadas pela possível existência de eleições no ano seguinte, em outubro de 1937 os discursos apresentavam um teor de certa temeridade com a estabilidade do regime. Os integralistas fazem críticas mais severas, como o vereador Tenório Brito, apoiado por membros das duas bancadas majoritárias:

[...] presidente, os adeptos da “camisa” verde nem ao menos tem o mérito da originalidade de uma idéia política. Eles nada mais são que a expressão, uma cópia, aliás, mal feita, das idéias que pululam em outros países.

Como poderíamos retroceder, e voltar a pensar pela cabeça de um só homem, como a de um Plínio Salgado, ou de um Salazar, ou de um Mussolini, ou de um Hitler ou de qualquer um que se nos apresente com idéias absolutamente dominadoras? [...] (ANNAES, 1937, p.390)

Cyrillo, entretanto, prossegue defendendo a proposta do sigma, mas não é muito claro quanto a sua posição perante Vargas, como pode ser observado no requerimento apresentado à Câmara, congratulando Getúlio por seu “*gesto heróico e patriótico, pedindo a decretação do Estado de Guerra, em defesa do Brasil, contra os vermelhos comunistas que procuram dissolver os nossos lares e as nossas instituições*”. (ANNAES, 1937, p.410)

Seu discurso aflora uma discussão entre os vereadores, que fazem uma moção assinada por vereadores do PRP e do PC que objetivava substituir o requerimento de Cyrillo:

(...) A Câmara Municipal de São Paulo, sem entrar na indagação dos motivos que determinaram a declaração, pelo poder competente, do estado de guerra, para repressão ao comunismo, afirma, neste momento delicado da vida brasileira, sua fé na democracia, sua confiança nas forças armadas

– guarda da instituição – e a sua disposição, que é a de todos os brasileiros amantes de sua pátria de colaborar com patriotismo e desinteresse na defesa das instituições e do Brasil. (ANNAES, 1937, p.512)

Os políticos liberais veem-se em uma situação delicada, dada a instabilidade do período em que defendiam que o governo combatesse o comunismo, mesmo defendendo a manutenção da democracia. Pode ser observado no discurso do vereador Thomas Lessa:

[...] ao mesmo tempo em que damos todo o nosso apoio ao combate ao comunismo, defendemos com toda a convicção as linhas rígidas da democracia, assegurando ao Brasil o exercício pleno da liberdade, e, sobretudo, o direito de representação na administração do país. (ANNAES, 1937)

Com olhos atentos ao cenário político federal e internacional, os vereadores iniciam uma longa discussão que precedeu o fechamento da legislativo paulistano - a nomeação de um novo interventor para o Distrito Federal - A atitude de Vargas não fora bem quista por boa parte dos vereadores, que colocaram em pauta a votação de uma moção da qual deixaram claro seu descontentamento e repúdio. As discussões abaixo, mostram a instabilidade do período e o acompanhamento constante da vereança paulistana nas decisões de âmbito Federal. Masagão Filho, líder da maioria (PC) na câmara vai a mesa e inicia as discussões com a leitura da seguinte moção.

A Câmara Municipal de São Paulo, atendendo a que o recente decreto de intervenção do município do Distrito Federal, atingindo não só o Executivo, se não ainda, o Conselho Municipal, não encontra justificativa seja sob o ponto de vista constitucional, seja sob o ponto de vista político, por não serem os fatos apontados como sua causa, suficientes para determinar medida de caráter tão delicado, quanto excepcional, o que tudo constitui precedente cuja gravidade ocioso seria encarecer... (ANNAES, 1937)

Masagão Filho é interrompido por Abrahão Ribeiro, que pede explicação sobre os trechos lidos da moção.

Permita-me V. Exc. uma aparte, a título de explicação, embora o colega haja terminado sua oração: o colega teme que venha ser violada a autonomia do nosso município? Existe por conseguinte, autonomia do município da capital? (ANNAES, 1937)

Masagão Filho responde:

[...] O que nós pretendemos é que se respeite a Constituição Federal. Cumpra-se o que está lá e nos daremos por satisfeitos! (Aplausos), e se o V. exc. me permite continuar...resolve manifestar em público e sob forma solene seu profundo respeito pelo princípio da autonomia municipal, ora lamentavelmente ferido por esse ato, e comunicar o texto desta moção ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro. (ANNAES, 1937)

A discussão sobre o tema se estende por mais duas sessões no meses de Março e Maio de 1937, e o posicionamento do Partido Constitucionalista tornou-se ainda mais claro quando sua bancada apresentou a moção contra o ato considerado pelos mesmos como inconstitucional. O integralista tomara a mesma decisão e também vota a favor da moção:

[...]todas as vezes em que estiver em jogo a Constituição Federal, estarei com ela. Acho, sr. presidente, que o o governo federal se excedeu intervindo no município do Distrito Federal. Nós integralistas, procuramos manter as autoridades constituídas, mas acho que neste momento o sr. presidente da República invadiu a autonomia do distrito da capital da República. Nós, que nos batemos pela autonomia municipal, e que condenamos o fato de se nomear o prefeito em nossa capital, tirando a sua autonomia hoje também

condenamos a intervenção do governo federal no Distrito Federal.
(ANNAES, 1937)

Em contraposição, a bancada do PRP vota contra a moção, por acreditarem ser uma questão estritamente política do Partido Constitucionalista, e que esse ato tomado por Vargas teria sido interpretado pelos peceistas como uma possível afronta a permanência de Armando Salles na interventoria de São Paulo.

No limite, os temas debatidos pela vereança paulistana nos meses que antecederam o golpe do Estado Novo, não se limitam aos assuntos provenientes da administração pública da cidade, mas principalmente dos meses de março à novembro de 1937, os temas referentes a decisões e atos do governo Vargas, alianças e articulações de personagens e partidos políticos foram amplamente debatidos no legislativo municipal.

A instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, representava o rompimento com o clima constitucional que se consagrou com a Constituição de 1934, e suas projeções eram desanimadoras, já que as atitudes à seguir fora o fechamento dos parlamentos nas três esferas, Municipal, Estadual e Federal, e a extinção da Justiça Eleitoral.

Em 1948 a Câmara Municipal de São Paulo retoma suas atividades, ampliando a presença de diferentes grupos sociais, inclusive de regiões menos centrais da cidade. O poder legislativo, apesar de alguns problemas, ainda apresenta suma importância dentro do processo democrático.

5. CONCLUSÃO

O estudo da legislatura de 1936 no município de São Paulo permite conhecer parte importante do processo de consolidação e história da democracia em nosso país, na medida em que é possível constatar que nenhuma ação política em nível local está descolada

dos contextos nacional e internacional. Constrói uma visão de como a vereança no município estava influenciada por conceitos e ideologias em disputa na época.

Uma das marcas da legislatura é a presença de figuras destacadas, ao mesmo tempo notadamente hábeis com palavras e dispostos à defesa de suas ideias.

É possível observar através dos anais da Câmara os debates hermenêuticos entre as personalidades que marcaram diretamente o pensamento e ânimos do legislativo, que evidenciam a importância dada a suas ideologias e às representações de suas aspirações e sua influência nas decisões em âmbito municipal e Federal, ou como reflexo delas. Figuras como os Vereadores José Cyrillo e Marrey Jr, ilustravam da maneira mais ampla o título de atores políticos, e como atores afetavam diretamente o direcionamento do debate na Câmara gerando inclusive fortes emoções e acaloradas discussões durante todo período de funcionamento da legislatura.

Destaca-se no período a preocupação e acompanhamento constante das decisões na esfera Federal, Onde Getúlio Vargas outrora inimigo declarado dos paulistas era agora engolido a contra gosto por boa parte dos vereadores, fato este que levou a Câmara de São Paulo debater permanentemente as ações do governo varguista ora por algum desafeto ora por algum defensor.

A "fiscalização" da esfera federal era plenamente compreensível vinda em um processo de reabertura e instabilidade com o futuro da Câmara, reaberta apenas em julho daquele ano de 1936 e na preocupação com a manutenção do processo e autonomia democrática, fato este que se mostra preciso em novembro de 1937 quando novamente ocorre o fechamento da Câmara, fazendo o que críticos contundentes de Getúlio temiam. Sua incompatibilidade com o regime democrático e principalmente com a descentralização do poder marcaram ativamente a abertura e fechamento da Câmara, em certo momento estimulando o legislativo e o cerceando em seguida, assim como as aspirações liberais.

É possível concluir, a partir dos debates travados na Câmara Municipal, que ela representava um *micro cosmo* da política Nacional.

Trata-se de um período de mudanças rápidas de conjuntura e rupturas, rearranjos, golpes e contragolpes, greves, intentos comunistas, duas revoluções e uma guerra, e dos debates legislativos é possível extrair em que grau de comprometimento se encontravam os representantes.

Esta efervescência política que tinha como pano de fundo a geopolítica internacional, permitiu, ou serviu de justificativa, para que Getúlio pudesse implantar a Ditadura do Estado Novo, deixando-o livre para levar adiante o seu projeto desenvolvimentista absolutamente sem oposição, mesmo de seus aliados.

Marx defendia que a história tem seus ciclos, e que os homens não fazem a história como querem, mas são sujeitos a condicionantes do passado, pode-se afirmar que os modelos e ideologias que estão em disputa permanente nos dois últimos séculos, ora refletidos em aparentemente simples disputas entre vereadores, ora refletidos num processo de ruptura, ainda estão presentes por que são disputas não resolvidas. A semelhança com os tempos atuais não é mera coincidência.

6. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

_____. 1934: A Constituinte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

ABREU, A. A. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ALBUQUERQUE, J. P. 1932- *Uma Tentativa*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982.

ANNAES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 1º Ano da 1º Legislatura. 1936. São Paulo, Heitor Cunha & Cia.

ANNAES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 1º Ano da 1º Legislatura. 1937. São Paulo, Heitor Cunha & Cia.

ASCENSÃO, V. L.; SÁ, P. S. M.; GUIMARÃES, M. L. L. S.; ESTEVÃO, S. N. de M. A *Revolução de 30 - Textos e Documentos - Tomo I*. Brasília: Editora UnB, 1982.

BUONAVITA, M. G. *Uma Legislatura Perdida: Discussões dos Vereadores da Câmara do Município de São Paulo 1936-1937*. Trabalho de Iniciação Científica. São Paulo: FMU. 2010.

CALIMAN, A. A. *Legislativo Paulista – Parlamentares 1835-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

CAMPOS, C. (org.). *Candidatos do Partido Constitucionalista*. São Paulo: PC, 1934.

CENTRO DE MEMÓRIA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Paulística Eleitoral. Disponível em: < <http://www.tre-sp.gov.br/paulistica/>>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

CHACON, V. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Unb, 1998.

COHEN, I. S. *Para onde vamos? Alternativas Políticas para o Brasil (1930-1937)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

DEBES, C. *A Constituição de 1934 e suas decorrências*. Revista da Academia Paulista de Letras, Volume 126, São Paulo, Agosto de 2008.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2001.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.185.

KONRAD, D. *1930 e a Tática do PCdoB nos 90 Anos*. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=14&id_coluna_texto=4641. Acesso em: 3 de julho de 2015.

LEITE, A. *Memórias de um Revolucionário - A Revolução de 1930*. Edição do Autor, 1931.

LIMONGI, F. *Estudos Legislativos in Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*, São Paulo: ANPOCS, 2010.

OLIVEIRA, P. *O ponto de vista do PRP: uma campanha politica*, São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

PORTA, P. (org). *História da cidade de São Paulo - 3 volumes*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRESTES, U. F.; BUONAVITA, M. G. *O Debate Político na Câmara Municipal de São Paulo em 1936 e 1937: o integralismo e a liberal-democracia*. In: *Paulistânia Eleitoral: Ensaio, Memórias, Imagens*. 1º ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.